

A questão racial nas exigências de gênero: Feminismo para quem?

The racial issue in the gender categories: Feminism for whom?

Bianca Silva Ferreira*

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Camila Risely Barbosa dos Santos**

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Maria Júlia Alves Borges***

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Resumo: O presente artigo objetiva demonstrar como o feminismo universal foi incapaz de contemplar as demandas sociais da mulher negra. Através de análises de autoras e avaliação de índices socioeconômicos verifica-se o impacto gerado pela invisibilização das exclusões enfrentadas por mulheres na abordagem Feminista Universal.

Palavras-chave: Feminismo. Mulheres Negras. Insuficiência. Desigualdade.

Abstract: This article aims to demonstrate how universal feminism was unable to contemplate the social demands of black women. Through analysis of authors and evaluation of socioeconomic indexes, the impact generated by the invisibility of exclusions faced by women in the Universal Feminist approach is verified.

Keywords: Feminism. Black Women. Failure. Inequality.

Introdução

No presente trabalho, entende-se como Feminismo Universal a globalidade contemplada pelos feminismos tidos como liberais, capitalistas e que têm como foco central de demandas

* Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS/UFMA.

** Bacharelanda em Direito pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

*** Bacharelanda em Direito pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Recebido em: 12/05//2021

Aceito em: 27/01/2022

e debates as pautas típicas de mulheres brancas burguesas. Nancy Fraser, Thithi Bhattacharya e Cinzia Arruzza (2019), ratificam essa noção, ao apontar que o feminismo liberal tem como base o individualismo e o elitismo vivenciado por mulheres privilegiadas por seus meios, desconsiderando as necessidades específicas e urgentes de mulheres pertencentes a grupos sociais não majoritários.

Segundo Angela Davis (2018), a primeira mobilização de mulheres brancas em prol do feminismo surgiu como projeto de luta por mulheres inconformadas com seu lugar na sociedade e com herança patriarcal que as sujeitava. Essas mulheres que antes estavam limitadas a uma vida doméstica e um papel social estritamente privado e familiar, passaram a exigir espaço no âmbito público. Contudo, essa realidade de insatisfação com a vida doméstica era típica e coerente apenas para um pequeno contingente de mulheres.

Nesse contexto, as pautas do feminismo liberal - luta contra a sujeição doméstica, contra a ideologia patriarcal e pelo reconhecimento de que mulheres poderiam e deveriam ocupar postos de trabalho – não concediam atenção a questões de classe e raça e, por isso, não incorporavam mulheres que não se encaixavam no estereótipo branco e de classe média. Assim, a eliminação da questão racial do centro do debate feminista representou a completa falta de identificação dos grupos minoritários para com a pauta feminista (STERNBACH et al., 1994).

No presente trabalho, objetiva-se demonstrar a insuficiência do movimento universal ou hegemônico para a emancipação e concessão de direitos fundamentais para as mulheres negras que sofrem com o atravessamento das desigualdades de gênero, raça e classe.

Este artigo é fundado em pesquisas bibliográficas e análise de dados primários e secundários – extraídos de trabalhos anteriores que abordam a temática e também de pesquisas de Instituições Públicas¹ - a respeito da realidade da mulher negra no Brasil. Portanto, o presente trabalho se configura como um artigo de pesquisa de natureza qualitativa-explicativa.

Inicialmente analisa-se a construção do discurso e das pautas do Feminismo Universal, em seguida apontam-se as marcas históricas de invisibilização da questão racial nesse Feminismo e sua insuficiência para as mulheres negras e, por fim, elencam-se algumas consequências da invisibilização racial nas pautas feministas universais para as mulheres negras.

1. - A Insuficiência Do Feminismo Universal Para A Mulher Negra

Inicialmente, para fins de esclarecimento conceitual, considera-se como Feminismo Universal as expressões do feminismo que focalizam em demandas liberais, capitalistas e que se concentram em debates próprios à classe de mulheres brancas e burguesas, ignorando os demais sistemas de opressão – raça, classe, orientação sexual e outros – que se entrecruzam à discriminação com base no gênero.

¹ IBGE (2010/2018/2019); IPEA (2011/2018).

No capítulo em tela, trar-se-á à tona a insuficiência dessa abordagem feminista universal para as mulheres negras que pertencem a uma “coletividade ambivalente”, como aponta Nancy Fraser (2007), na medida em que para além das desigualdades relacionadas ao gênero, essa categoria social enfrenta exclusões ainda mais incisivas e precípuas relacionadas à raça. Além disso, deve-se reconhecer o racismo estrutural infiltrado e engendrado nas sociedades modernas que acabam, também, por provocar o sofrimento com a marginalização classista nesse grupo social.

1.1 - O Movimento Sufragista estadunidense e a gênese da invisibilização racial nas pautas de gênero

A insuficiência do Feminismo Universal para as mulheres negras é explicitada desde os primórdios do Movimento Sufragista Norte Americano – considerado no presente trabalho o marco inicial na exigência de direitos civis e políticos femininos na perspectiva do Feminismo Universal. Angela Davis (2016) revela a ligação histórica entre o Movimento Sufragista norte americano e o racismo. Durante a Guerra Civil ocorrida nos Estados Unidos da América, o Movimento Sufragista, inicialmente, dedicou-se energicamente à causa antiescravagista, sendo inclusive criada, segundo a autora, em 1866 a Associação pela Igualdade de Direitos que incorporava as lutas pelos direitos das mulheres e da população negra em uma única campanha.

No entanto, o primeiro e decisivo impasse entre as sufragistas e o movimento negro surgiu diante da discussão sobre o direito ao sufrágio. As feministas brancas esperavam que, com o fim da Guerra Civil, fossem recompensadas, pelo Partido Republicano, por seus esforços durante a Guerra através do atendimento à exigência ao sufrágio feminino. Entretanto, o que se assistiu foi a urgência política ao sufrágio negro masculino, especialmente pelo Partido Republicano que escondia no discurso de apoio ao sufrágio negro o interesse nos dois milhões de votos dos homens negros do sul (DAVIS, 2016).

O que seguiu revelou a influência e o vínculo ideológico racista no discurso do Movimento Sufragista, bem como a fragilidade do discurso antiescravagista proferido pelas sufragistas durante a Guerra Civil norte americana e, ainda, o verdadeiro descompromisso desse movimento para com a mudança fática de vida da população negra estadunidense: as sufragistas, em clara desconsideração às desigualdades reais enfrentadas pela população negra após o irrompimento da Guerra Civil, alegavam que o fim da Guerra e a libertação colocavam os ex-escravos em posição de igualdade àquela das mulheres brancas de classe média, e, portanto, não se justificaria a emergência da pauta de sufrágio negro. De acordo com Davis (2016), tal suposição negligenciava a recente e precária liberdade alcançada pela população negra no sul dos Estados Unidos.

Dessa forma, observa-se que após o fim da Guerra, a população negra experimentava

uma liberdade/igualdade, em relação à população branca, meramente formalista - traduzida, tão somente, pela edição de textos normativos, sem fortes propósitos de se estender ao terreno social (TRINDADE, 2002) - esvaziada de conteúdo material – que se transporta ao mundo real, que se engaja à inclusão social de maneira prática. O caráter somente formalista das conquistas raciais, infelizmente perpetua-se na história, e tem estrita e tênue relação com a natureza estrutural do racismo (ALMEIDA, 2019) que, em uma relação de retroalimentação, produz sistemas econômicos, políticos e sociais opressores, na mesma medida em que aquele é, também, produzido por esses sistemas. Isso é capaz de explicar o motivo pelo qual as alterações formalistas após o fim da Guerra Civil não resultaram, necessariamente, na mudança de vida da população negra.

O estremecimento da relação entre Sufragistas e militantes negros na Associação pela Igualdade de Direitos foi reforçado pelo embate no apoio às 14ª e 15ª Emendas². Nessa perspectiva, o conflito entre esses dois movimentos sociais ganhou contornos políticos fortes alicerçados na conveniência entre Democratas - aliaram-se à luta sufragista em uma tentativa de retirar forças da escalada política de reivindicações negras³ - e Republicanos - aderiram à reivindicação pelo sufrágio negro com vistas a alcançar esse grande número de votos (DAVIS, 2016).

Dissolveu-se a aliança entre os movimentos de libertação negra e de libertação feminina. E essa aliança parece nunca ter se restabelecido, na medida em que o Movimento Sufragista perpetuou a invisibilização das questões raciais, deixando de demonstrar qualquer indignação e/ou de promover qualquer mobilização contra a desvalorização da força e do poder de exclusão e desumanização provocados pelo racismo. Hooks (2018) trata dessa apatia das mulheres brancas para com as questões raciais – ainda que se declarassem feministas – como um quadro sintomático de negação, isso porque, para a autora, nenhum grupo conheceu tão bem a distinção entre as mulheres brancas e negras do que esse que lutou pelos direitos civis femininos, mas, ainda assim, optou por suprimir e negar a consciência sobre tal diferença.

Cabe observar, nesse sentido, que o movimento Sufragista se colocava veemente em desafiar de maneira exclusiva as estruturas do patriarcado. Lutar contra essas estruturas é de relevância inenarrável. Contudo, as sufragistas estipularam um movimento que apagava e negava o racismo, não pensaram a interseccionalidade entre raça e gênero, mas, sim, eliminaram a

² A 14ª Emenda condicionava a fração de representantes no Congresso ao número de cidadãos homens impedidos de votar nas eleições federais e a 15ª Emenda, por sua vez, “proibia o uso de raça, cor e situação prévia de servidão como bases para a negação do direito ao voto” (DAVIS, 2016, p. 84). A aprovação de ambas as Emendas representava para a população negra estadunidense um importante salto político, contudo as sufragistas sentiram-se traídas, pois nenhuma delas trazia contribuições à luta contra a desigualdade de gênero.

³ Nesse contexto político, o Movimento Sufragista tinha como aliado, o Democrata, George Francis Train dono do slogan de campanha “Primeiro a mulher, por o último o negro, eis meu programa”. Nesse sentido, não são necessários esforços para perceber o abismo existente entre a pauta feminista central e a abordagem de questões relativas às desigualdades raciais.

questão racial do cenário (HOOKS, 2018), formando um feminismo desengajado politicamente e incapaz de libertar todas as mulheres.

Ao abordar esse contexto de completa omissão da convergência entre gênero e raça nos debates feministas, especialmente após a Guerra Civil estadunidense, não se pode deixar de mencionar o Coletivo *Combahe River*⁴, que pode ser definido como uma das primeiras organizações de mulheres feministas negras, fundado em 1974. O coletivo apresentava-se com uma alternativa radical às organizações de feministas brancas, e também ao movimento *Black Power* e a organizações por direitos civis lideradas por homens negros, que negavam a urgência das discussões de gênero na luta contra o racismo (TAYLOR, 2017).

O Coletivo produziu um Manifesto em 1977, que denunciava a necessidade de incluir ao debate feminista, além do princípio pessoal e experiencial, uma concepção política, uma vez que as formas de opressão estariam interligadas, projetando a necessidade de uma completa e séria reestruturação social, econômica e política. Nesse sentido, as feministas negras definiam-se como ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe (*The Combahee River Collective Statement*, 1974).

Em sentido contrário, as sufragistas entendiam o sexismo como forma de opressão mais esmagadora que as desigualdades de classe e o racismo – criando uma espécie de hierarquia entre os padrões de discriminação. Isso revelava o imenso distanciamento para com a realidade de algumas das classes minoritárias da época – negros recém libertados, mulheres negras trabalhadoras, populações indígenas, grupos LGBTI, imigrantes e refugiados.

As mulheres negras – recorte deste trabalho - experimentavam, já na época das lutas sufragistas e até a contemporaneidade, as marcas do entrecruzamento do racismo e sexismo, além da exploração da sua força de trabalho, da objetificação e banalização de seus corpos. As sufragistas, contudo, não deram conta disso, desde a luta pelo sufrágio nos Estados Unidos, e, assim, conservam essa negação da pauta racial no Feminismo Universal atual. Esse comportamento, teórico e prático, das sufragistas pode ser reconhecido como “racismo por omissão”, que tem suas raízes na conformação social, intelectual e política eurocêntrica e neocolonialista (GONZÁLEZ, 1984).

A popularização e a expansão do Movimento Sufragista pelo mundo, alcançando Inglaterra e muitos outros países na Europa, causaram uma identificação consensual política e social em torno do Movimento Feminista. Esse passou a ser visualizado como um Movimento Social que defendia, essencialmente, a libertação de mulheres brancas de classe média do espaço privado. Pouco se enxergava de uma face mais crítica e politicamente engajada com grupos sociais minoritários desse movimento. Esse estereótipo e essa marca ideológica burguesa do Feminismo foi ganhando visibilidade e espaço, inclusive, na América Latina.

⁴ O coletivo foi nomeado em homenagem à ação de guerrilha, liderada pela abolicionista Harriet Tubman, em 2 de junho de 1863, que levou à libertação de mais de 750 homens e mulheres escravizados (FALQUET, 2018).

Entretanto, apenas um grupo minoritário das latino americanas identificavam-se com a “mulher” que esse feminismo libertaria. As mulheres latino americanas, de forma geral, tinham participação mais ativa em movimentos rurais e lutas de libertação nacional e não no feminismo (STERNBACH et al., 1994). Isso se daria, também, porque os militantes latino americanos defendiam que “o feminismo era produto de contradições existentes nos países altamente desenvolvidos, mas não nas sociedades subdesenvolvidas” (STERNBACH et al., 1994, p. 1),

Essa recepção latino-americana pouco calorosa ao Movimento Feminista Universal é, principalmente, resultado do esforço dos teóricos da América Latina para uma decolonização do pensamento histórico, social e político. O pensamento decolonizado⁵ é, inclusive, uma importante e distintiva marca do Feminismo Negro e emerge na luta pela igualdade de direitos em razão da visão colonial, branca, escravagista e liberal em torno das pautas de gênero. Nesse ponto, vale mencionar que o esforço para visibilização da questão racial nos debates de gênero perpassa diretamente pela necessidade de considerar as experiências das mulheres negras e afrodescendentes, uma vez que tais experiências foram distorcidas e, até mesmo, excluídas dos debates intelectuais pela supremacia branca, patriarcal e abastada (COLLINS, 2019).

1.2 - Racismo e Sexismo: O peso da cor na construção do Feminismo

Os anseios e a luta sufragista estavam longe de corresponder às demandas libertárias das mulheres negras, não só nos Estados Unidos, mas em todo o mundo, especialmente na América Latina, que em razão de sua construção histórico-social, faz urgir a necessidade de empenhar esforços para enegrescer o feminismo.

Cabe frisar que as metrópoles ibéricas são herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual), portanto, as sociedades latino-americanas são, demasiadamente, estratificadas hierarquicamente, conforme aponta hooks (2011).

Portanto, é diante dessa realidade histórica de invisibilização das questões raciais e desengajamento político do Movimento Feminista Universal - mantida com o passar do tempo - que se defende, nas palavras de Sueli Carneiro (2013), o “enegrescimento do feminismo”, processo esse que serve para, finalmente, conceder o espaço devido à luta contra o racismo no seio das exigências de gênero e aproximar o movimento feminista do embate político.

Afinal, o combate à história hegemônica patriarcal é insuficiente para a unidade da luta de gênero, é preciso superar as ideologias que sustentam e complementam tal hegemonia, como o racismo (CARNEIRO, 2013). Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as mulheres

⁵Para REIS e ANDRADE (2018, p. 1) “o pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial”.

negras experimentam uma espécie de acúmulo de opressões, definidas pelo critério de gênero e, também, influenciadas pelo imaginário do sistema escravagista, infiltrado pelo conservadorismo e por estigmas e estereótipos que criam uma imagem caricaturada e racista do ser mulher negra, fomentando o desprezo à sua figura, a minimização de suas peculiaridades e a relativização de sua humanidade (NASCIMENTO, 2021). Nesse sentido, há uma necessidade pungente de construção de um Feminismo Negro em contextos sociais multirraciais, pluriculturais e racistas – como os americanos.

O feminismo racial “tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2013, p. 2). Nesse contexto, o feminismo negro representa uma alternativa contestatória aos padrões de hierarquia social, incumbindo-se de desconstruir o mito da democracia racial⁶ que performa uma grande harmonia racial.

Essa sustentação de uma inverídica – pelo exposto no capítulo 3 – harmonia racial provém de uma prática social e intelectual de mascarar o debate acerca de raça, é, nas palavras de Collins (2019, p. 61), “uma retórica cega à cor”, que tem como objetivo naturalizar, ou ainda mais severamente, invisibilizar os padrões de opressão racial.

Nesse ponto, é possível uma interlocução entre as contribuições de Carneiro (2013) e Collins (2019). Sueli Carneiro traz à tona a abordagem do feminismo negro no contexto latino americano e, especialmente, brasileiro. Por sua vez, Patrícia Hill Collins – que trabalha também o conceito de feminismo negro, mas na perspectiva norte americana – fornece diretrizes para identificar as características distintivas do pensamento feminista negro⁷: I) centrado na resistência à opressão, consolidando-se como teoria social crítica; II) vinculação entre experiências e ideias; III) realização contínua de interconexões entre coletividades distintas; IV) utilização das contribuições de intelectuais afro-americanas; V) dinamicidade do movimento e sua teoria e VI) relação com outros projetos de justiça social. Nesse sentido, precisa ser superado qualquer movimento que se declara feminista, mas desconsidera e não se opõe ao racismo, colonialismo e autoritarismo fundantes e endêmicos na formação das sociedades americanas, inclusive da brasileira.

Ainda de acordo com Sueli Carneiro (2013), duas das reivindicações centrais do Movimento Feminista Universal revelam esse quadro de desengajamento com a realidade da mulher negra: a) a luta contra a proteção paternalista masculina sobre as mulheres e a ocupação de espaços de trabalho fora do âmbito particular - as mulheres negras nunca se reconheceram nesse

⁶ O “mito da democracia racial”, segundo Kabengele Munanga (2010), corresponde à narrativa que ficciona um quadro de completa harmonia e igualdade entre indivíduos de etnias diferentes, ou seja, ensombra o modelo de segregação racial que, apesar de não oficial ou não anunciado, se consolida na *práxis* da vida social, tecendo dinâmicas institucionais, interpessoais, políticas, educacionais e econômicas.

⁷ Essa aproximação entre as duas autoras mostra-se possível, uma vez que a autora norte americana sustenta um conceito do feminismo negro que observa as realidades afro-americanas, indígenas, latino-americanas e asiático-americanas.

mito, afinal nunca foram tratadas como frágeis, essas mulheres trabalhavam incansavelmente em lavouras, por exemplo, durante e após o período da escravidão no Brasil e também nos Estados Unidos. Mulheres que depois da abolição da escravidão ocuparam as ruas como quituteiras, prostitutas, vendedoras e que, hoje, ocupam massivamente o trabalho – sub-remunerado e sub-representado – de domésticas; b) a luta contra o mito da “rainha do lar” - as mulheres negras nunca tiveram a oportunidade de figurarem como rainhas em qualquer dos quadros sociais, pois são “retratadas como antimusas” (CARNEIRO, 2013 , p. 2), além disso, a materialização de um lar foi assaltada desse grupo que, ao longo da história, teve que abrir mão de seus pretensos lares pelos de seus senhores, hoje patrões.

Ainda nessa esteira de pensamento, Lélia González (1988) apresenta duas dificuldades de identificação enfrentadas pelas mulheres negras na abordagem feminista universal: a) a inclinação eurocentrista do Movimento Feminista que alicerça o mito da democracia racial, omitindo o caráter central do racismo na definição das desigualdades de gênero, como mencionado; b) a negação da história de resistência e luta protagonizada pela mulher negra, essa motivada pela recuperação da memória cultural ancestral.

Por sua vez, Collins (2019) aponta que as mulheres negras não têm sido participantes das organizações para as demandas de afro-americanas, latino-americanas, indígenas e asiático-americanas, em virtude da supressão histórica das ideias de mulheres negras na construção da teoria feminista. A autora aponta três padrões de supressão: I) omissão do debate racial e do trabalho intelectual de mulheres negras; II) defesa do discurso de necessidade da diversidade, mas pouca mudança prática; III) incorporação, alteração e a, subsequente, despolitização das ideias feministas negras, trata-se de uma inclusão simbólica, uma espécie de esoterismo acadêmico (COLLINS, 2019).

Sueli Carneiro (2013) conclui que a experiência histórica das mulheres negras não tem sido levada em conta no discurso clássico sobre opressão da mulher. Ademais, tal discurso tem suprimido, também, a diferença qualitativa dos efeitos da opressão experienciada pelas mulheres não-brancas.

Diante do que foi apresentado, o Feminismo Negro propõe o exercício realizado pela ativista feminista negra do século XIX, Sojourner Truth⁸, qual seja: a problematização e a reconstrução do “ser mulher” proposta pelo Feminismo Universal. Assim, importante trazer à tona o que Collins sustenta na obra *Aprendendo com a outsider within: A significação sociológica do pensamento feminista negro* (2016), no sentido de que o feminismo negro deve ser incorporado como teoria educativa, uma vez que representa um movimento social

⁸ Sojourner Truth na Convenção pelos Direitos da Mulher em Akron (Ohio) em 1851- proferiu discurso onde apresentava sua dura realidade de mulher negra: trabalhadora nas lavouras – explorada, humilhada e açoitada; mãe de treze filhos – todos vendidos como escravos; e perguntava aos presentes: “E eu não sou mulher?”. Truth demonstra que há uma construção ideológica e cultural construída sobre o que é ser uma mulher e revela a desconsideração da mulher negra e suas experiências de vida nesse conceito.

protagonizado por mulheres negras, concedendo visibilidade às suas pautas e demandas em benefício de uma sociedade mais equânime.

O Feminismo Negro apresenta-se, dessa forma, como uma teoria social crítica que firma compromisso com a justiça para as mulheres negras e demais grupos oprimidos, visando o empoderamento social, político, econômico, psíquico e emocional das afro-americanas, luta contra essas opressões que se revelam interseccionais (COLLINS, 2019). Assim “enegrecer o feminismo” corresponde a exercer na luta contra as desigualdades de gênero uma reflexão política e crítica acerca da necessidade de articulação e intervenção da sociedade civil a nível mundial em torno das opressões raciais e de gênero.

2. - O Universo Restrito do Feminismo Universal

Compreende-se o feminismo universal como o movimento que agrega a conjuntura dos feminismos que englobam a estrutura universal de poder, na qual fazem parte mulheres brancas, heterossexuais, classe média alta. Diante disso, as pautas feministas referidas as aspirações destas mulheres são primordialmente abordadas aqui pelo feminismo liberal e capitalista. Inicialmente, o presente tópico tratará da influência do movimento antiescravagista para as mulheres precursoras do feminismo estudado por Angela Davis, seguido pelo feminismo liberal teorizado pela perspectiva de Martha Nussbaum e Carole Pateman, por fim o feminismo capitalista por Nancy Fraser, que estuda o neoliberalismo e suas implicações para o movimento feminista.

2.1 - O movimento antiescravagista como impulsionador

Este tópico se inicia com a abordagem com o movimento pró mulheres brancas em *Mulheres, Raça e Classe* (2016), que possui suas vertentes na Revolução Industrial e no movimento antiescravagista. Ao compararem-se aos escravizadas, as mulheres brancas viam-se aprisionadas em uma sociedade patriarcal e nos anseios matrimoniais de seus maridos. Dessa forma, encontraram nessa luta uma maneira de defender seus interesses.

A mudança do pensamento das mulheres brancas ocorreu em meados dos anos 1830, com a industrialização da economia e a ideia de inferioridade feminina. Com a transformação da atividade manufatureira para a economia fabril, o papel da mulher passou a ser o de mãe e esposa ideais. Segundo Davis (2016), como esposas eram serviçais de seus maridos e como mães instrumentos passivos para a reposição da vida humana, o modelo de vida gerou insatisfação, o que levou as primeiras feministas a descreverem o casamento como sendo a escravidão da mulher branca.

A percepção do desempenho de mulheres brancas no movimento antiescravagista demonstra a relevância para esse grupo na busca de suas próprias lutas, na origem do movimento feminista branco como movimento universal em forma de protesto quanto a opressão no ambiente doméstico:

O movimento antiescravagista oferecia às mulheres de classe média uma oportunidade de provar seu valor de acordo com parâmetros que não estavam ligados a seus papéis como esposas e mães. Nesse sentido, a campanha abolicionista era um espaço em que elas poderiam ser valorizadas por seu *trabalho* concreto (DAVIS, 2016, p. 51).

Embora a aproximação das causas fosse reconhecida e relevante para as primeiras feministas, dando a elas maior conhecimento sobre os comportamentos da supremacia masculina, apenas algumas combatentes abraçaram e viabilizaram as duas lutas - feminista e negra -, como as irmãs Sarah e Angelina Grimké (DAVIS, 2016). Entretanto, o feminismo alcançou maior destaque e simbolizou um marco na história de moças brancas.

2. 2 - O liberalismo libertador

Nancy Fraser, Thithi Bhattacharya e Cinzia Arruzz (2019) apresentam um conceito básico para o feminismo liberal, na qual consiste em dar espaço as mulheres socialmente privilegiadas na hierarquia corporativa e nas Forças Armadas. Para as autoras, este modelo de feminismo encontra-se no Norte global e baseiam suas pautas na meritocracia, ou seja, objetivam para as mulheres (já privilegiadas) o alcance de cargos e salários iguais aos dos homens de sua classe, indiferente à classe social e raça. Logo, o feminismo liberal enfoca o individualismo e o elitismo.

A prevalência ideológica do feminismo liberal estabeleceu-se nas escalas sociais mais altas. Na obra *The Feminist Critique of Liberalism* (1997), Martha Nussbaum apresenta algumas das principais pautas do movimento das mulheres baseadas no liberalismo, sendo a igual dignidade entre os seres humanos e noção de que cada indivíduo deve ter o poder de escolha sobre o planejamento de sua vida, alguns delas. Ela se equivale do liberalismo político e do liberalismo kantiano para validar o pensamento feminista na defesa das escolhas e o respeito igualitário aos indivíduos.

As feministas liberais direcionaram suas colocações como respostas às críticas encaminhadas ao liberalismo. Inicialmente, Nussbaum (1997) traz o egoísmo defendido pela teoria liberal, na qual apresenta a satisfação dos próprios desejos em detrimento aos dos outros, ou nomeado no texto “egoísmo psicológico” (NUSSBAUM, 1997, p. 06), em que as pessoas são motivadas a seguirem seus próprios interesses acima de tudo. Entretanto, para as feministas essa acusação não é persuasiva, Nussbaum se atém a concepção utilizadas por Stuart Mill e

Kant ao declarar que o ser humano é movido por motivos egoístas e não-egoístas e que a autossuficiência significa que os indivíduos sejam capazes de decidir suas próprias vidas e suas melhores escolhas, sem levar em consideração distinções morais.

Nussbaum (1997) aponta que para as feministas liberais essa separação mulher-família/mulher-sociedade é marcante, pois elas sempre viveram as sombras dos desejos e vontades impostas socialmente enquanto mães, esposas e donas de casa. Apreende-se assim, os fundamentos destas feministas em tornarem-se livres das normas sociais e transformarem-se em operadoras de suas próprias vontades. Aliadas ao liberalismo que apoia o conceito de igualdade entre gêneros e a distribuição igualitária de oportunidades para mulheres e homens.

Valendo-se da perspectiva feminista e seu apoio ao liberalismo político, Martha Nussbaum apresenta as características do feminismo liberal e a perspectiva universalista de seu posicionamento ao buscar a adequação de todas as mulheres aos mesmos direitos e modelos de vida. Conforme já mencionado, Nussbaum posiciona-se em prol da igualdade entre os gêneros e o poder de escolha dos indivíduos com objetivo no liberalismo político, afirmando a ideia do bem comum universal (NUSSBAUM, 1999).

Em *In defense of Universal Values*, Nussbaum ratifica sua perspectiva universalista, nomeando “*capability*”, ou as capacidades que seriam universais, inerentes a classificação racial, de classe, religião ou cultura. Segundo ela, as “normas universais são realmente necessárias se são para proteger a diversidade, o pluralismo e a liberdade, tratando cada ser humano como um agente e um fim” (NUSSBAUM, 1999).

Carole Pateman (1989), também aponta sua perspectiva acerca do liberalismo político na teoria feminista. Para a autora, o liberalismo mesmo sendo impulsionador do movimento feminista, ao pregar o individualismo e a autonomia feminina, relaciona-se com patriarcalismo, fazendo com que as “liberdades” propostas pelo modelo teórico não leve em consideração as mulheres. Além disso, Pateman acredita que o objetivo do liberalismo ao ser relacionado ao movimento feminista seria de adotar uma perspectiva dialética, que evitaria a separação entre os aspectos público e privado na vida da mulher, ou seja, para que o liberalismo estivesse também em atuação na esfera doméstica.

Ingrid Cyfer (2009) demonstra que para Nussbaum o individualismo liberal no feminismo representa uma notoriedade ao confrontar o papel da mulher na sociedade como indivíduo e parte da unidade familiar a ela predestinada, como mães/reprodutoras ou cuidadoras. Portanto, mesmo com ressalvas, a teoria do liberalismo político, baseada primordialmente na ideia da autonomia e nas liberdades liberais individuais, garante ao feminismo a quebra da relação da mulher nos espaços público-privado. Embora ela apresente uma justificativa para o emprego do liberalismo na “libertação” das mulheres dos anseios da supremacia masculina, Anne Phillips (2001), relata que o conceito de individualidade desempenhado por Nussbaum é fundamental, porém não efetivo ao pensá-lo isoladamente do contexto social.

2.2 - A astúcia capitalista no feminismo

A Segunda Onda do Feminismo iniciou-se contextualizada no capitalismo organizado pelo Estado, este movimento foi considerado a continuidade da Primeira Onda que se iniciou com as feministas liberais. A Segunda Onda foi caracterizada pela a formação social hegemônica na qual os estados possuíam papel primordial em conduzir as suas economias nacionais. Nancy Fraser (2009) os caracteriza como os Estados de bem-estar social e apresenta quatro características que os definem: economicismo, androcentrismo, estatismo e *westfalianismo*. (FRASER, 2009)

As quatro características foram as principais críticas abordadas pelas feministas da Segunda Onda e que serão apresentadas para refutar o papel do neoliberalismo no redirecionamento destas causas. Segundo Fraser (2009): a) economicismo: entende-se no uso do poder econômico na regulação dos mercados econômicos, envolve um modelo economicista e classocêntrico de promover a igualdade, solidariedade e a divisão social determinada em classes; b) androcentrismo: define como cidadão ideal o trabalhador masculino, ou seja, o chefe e o homem de família, considerado como único provedor (assalariado) do sustento econômico da sua família, enquanto os ganhos de sua esposa eram considerados suplementares; c) estatismo: o estatismo tratava aqueles na qual os serviços os determinavam, mais como clientes/consumidores em vez de cidadãos ativos, portanto, estabelecendo os cidadãos como receptores passivos; d) *westfalianismo*: desenvolvida por Bretton Woods, baseava-se na divisão do espaço político em unidades delimitadas territorialmente e no apoio do desenvolvimento econômico em nome da cidadania nacional.

Diante das características presentes no período, as feministas da Segunda Onda impulsionaram seus posicionamentos contrários aos modelos do Estado. Entretanto, o surgimento do movimento ocorreu juntamente com a mudança do caráter capitalista da sociedade organizada pelo Estado, transformando-a em neoliberalismo ⁹ que se utilizava de uma nova forma de capitalismo, baseado na valorização dos mercados para domesticar a política (FRASER, 2009).

Seguindo a ideia apresentada por Nancy Fraser (2009), exhibe-se as ideias do feminismo da Segunda Onda e paralelamente as do neoliberalismo, retomando as quatro características já

⁹ O modelo neoliberal surgiu após a recessão mundial desenvolvida no pós Segunda Guerra Mundial, este modelo político e econômico se desenvolveu tendo como principal base teórica o livro “A caminho da Servidão” de Friedrich Hayek. Na década de 70, a economia capitalista se viu em recessão, devido as atividades das grandes e médias companhias trabalhando abaixo da sua capacidade de produção, com baixas taxas de crescimento econômico e inflação alta. Dessa maneira, a teoria neoliberal com Margareth Teatcher, na Inglaterra e Ronald Reagan, nos Estados Unidos tomou força, pregando a retirada da participação do Estado na economia como agente produtivo, a redução dos gastos públicos nas áreas sociais, entre outras pautas. (CERQUEIRA, Jackson. Uma visão do Neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 39, p.169-189. 2008). Disponível em: http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/39/1.7_uma_visao_do_neoliberalismo.pdf Acesso em: 27 de janeiro 2022.

expostas.

Economismo: as feministas da Segunda Onda uniram-se em prol do rompimento do capitalismo imaginário restritivo e economicista, ao ampliar o significado de justiça e analisar como injustiças as desigualdades sociais, negligenciadas por inúmeras gerações, incluindo no rol do campo de ação, assuntos como sexualidade, violência contra as mulheres e trabalho doméstico. Com a ascensão do neoliberalismo, o movimento transformou-se em Antieconomismo Feminista Resignificado. Na qual as reivindicações por justiça foram expressadas no reconhecimento da diferença e da identidade. Logo, “a teoria cultural feminista começou a obscurecer a teoria social feminista” (FRASER, 2009, p. 23).

Androcentrismo: no confronto contra o capitalismo estadista, as feministas tinham como objetivo a transformação estrutural do sistema que desvalorizava o trabalho não assalariado e mal remunerado exercido em sua maioria por mulheres, ao valorizar juntamente a isso o serviço assalariado. Contudo, o Antiandrocentrismo Feminista Resignificado com o espírito do capitalismo neoliberal teve a ideia do trabalhador masculino aniquilada, fazendo com que criasse o ideal de família de dois assalariados, um deles a mulher. Segundo a autora, não era importante a realidade que o novo ideal transpassava as mulheres, o baixo nível salarial, a segurança insuficiente no emprego, baixo padrão de vida ou o aumento de lares chefiados por elas (FRASER, 2009).

Estatismo: aqui as feministas ao contrariar o modelo hierarquizado e masculino do capitalismo organizado pelo Estado, elas avistavam um Estado democrático com participação no empoderamento de seus cidadãos. No entanto, o Antiestatismo Feminista Resignificado tornou-se útil ao reduzir o papel do Estado. A crítica antes combatida passou a ser o entusiasmo pelas Organizações Não Governamentais (ONG), que foram criadas em todas as localidades com a demanda principal no preenchimento dos espaços deixados pela falta de ação estatal (FRASER, 2009).

Westfalianismo: a Segunda Onda aderiu a um projeto transformador baseado na crítica a sociedade capitalista. Porém, o Westfalianismo Resignificado teve como resultado um novo modelo de ativismo feminista: transnacional, de múltipla escala e pós-westfaliana. As feministas redirecionaram suas forças para a campanha internacional do feminismo, “focalizaram as questões da violência e da reprodução, subjugarão questões relacionadas a pobreza” (FRASER, 2009, p.28).

Visto nos elementos característicos da Segunda Onda, as feministas tinham todas as suas pautas baseadas nas diferenças entre as classes, raças e estilos de vida, porém, ao serem astutamente capturadas pelo novo modelo econômico, os seus posicionamentos sofreram drásticas modificações, estas claramente não incluindo mulheres partícipes das minorias sociais. Assim, o Feminismo Universal ou teoria universalista mostrou-se inapta e insuficiente para àquelas que não foram enquadradas em seu rol de privilégios.

Fraser, Bhattacharya e Arruzza (2019), ratifica essa noção ao indicar que o feminismo liberal oferece ao neoliberalismo o álibi perfeito, pois apresenta a ideia de emancipação das mulheres acobertado pelas políticas regressivas. Assim, com este modelo econômico as mulheres são determinadas como progressistas, que praticam a noção do “faça acontecer” dentro de seus núcleos (privilegiados).

3. - As Principais Consequências da Invisibilização das Pautas Raciais no Feminismo

O movimento feminista hegemonicamente constituído por mulheres brancas foi eficiente em levantar pautas que afligiam essas determinadas as mulheres. Assim, é possível compreender a razão do feminismo, da forma como foi conhecido até a década de 70, não ter albergado em suas solicitações as demandas negras: afinal, como uma mulher branca iria lutar por quem não considerava igual? Aqui observa-se com clareza que a invisibilização das pautas negras no feminismo universal motivou a criação de um feminismo que considerasse a influência do aspecto racial na vida de mulheres. A incompreensão acarretou na:

Incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003, p. 2).

Na iminência da não representação de pautas necessária para a libertação das opressões sofridas pela mulher negra, essas tiveram que inserir suas necessidades no movimento, fazendo surgir então o conhecido feminismo negro, que é pautado na realidade da mulher negra na sociedade ocidental, considerando toda a carga de opressão que esses corpos carregam e que lhe é imposta desde o período da escravidão. A relação do racismo e a relação com o sexismo produz resultados violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ, 1983). Considerando a convergência, além da opressão em face do gênero, das desigualdades em razão da raça e classe.

Nesse contexto, conquistas que para mulheres brancas representaram avanços, que para mulheres negras e pobres não surtiram o mesmo efeito, em razão do atravessamento dos graus de vulnerabilidade, e apenas puderam presenciar o desenvolvimento daquelas. Os dados apresentados no presente trabalho demonstram a irregularidade dos avanços feministas entre as mulheres, essa diferença se dá principalmente em razão da heterogeneidade populacional feminina. No Brasil, infelizmente, as mulheres negras compõem a grupo social que une todos os piores indicadores socioeconômicos. Iremos analisar neste capítulo como, ao afastar as pautas que contemplavam as mulheres negras, o feminismo contribuiu para que elas não tivessem o mesmo avanço na conquista real de direitos que as mulheres brancas.

Nesta esteira, apresentaremos dados oficiais (IBGE) dos aspectos educacional e trabalhistas da população brasileira, que são pautas de luta do feminismo, e iremos comparar os índices contemporâneos considerando avanços para mulher brasileira, para verificar, a partir do recorte racial a variação entre a mulher branca e preta ou parda.

3.1 - Avanços limitados pela cor: mulher negra e os índices educacionais

O acesso à educação é uma das discussões que deve ser analisada, considerando a estrutura social enfrentada pelas mulheres negras e como o racismo vivenciado por elas a impede de ocupar espaços da mesma forma que as mulheres brancas ocupam. Nesse tópico, analisar-se-á alguns dados educacionais, comparando os números apresentados por mulheres, e como esses índices comportam-se quando analisados os aspectos raciais.

O empenho do movimento feminista em garantir que meninas e mulheres pudessem ter acesso à educação no Brasil vem demonstrando resultados. Quando se verificam os dados referentes a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) não se nota uma grande diferença entre mulheres e homens considerando a ocupação escolar⁶. De todo modo, ao fazer esse exercício na “faixa etária de 18 a 24 anos, o percentual de mulheres na escola é superior ao dos homens em 2,5 pontos percentuais” (IBGE, 2018, p. 5), o que pode ser explicado pela prematura inserção masculina no mercado de trabalho.

Consequência do nível desigual no trajeto escolar masculino, a taxa de mulheres com ensino superior é maior. Ao analisar a taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior¹⁰ por sexo e cor ou raça, dados obtidos pelo IBGE (2021), revelam que entre 18 a 24 anos, 21,5%¹¹ da população masculina estavam em um nível inadequado para sua idade. Entre as mulheres esse número a porcentagem sobe para 29,7%. Porém, ao indicador considerar raça os números mostram a desigualdade enfrentada por mulheres negras e pardas. O índice de mulheres brancas era de 40,9%, enquanto esse número alcança a marca de 22,3% quando se trata de mulheres negras ou pardas na mesma faixa de idade. Entre os homens brancos o valor é 30,5% e a menor taxa pertence aos homens negros que possuem o índice de 15,7%. Embora isso signifique que mulheres pretas e pardas estejam em desvantagem, demonstra ainda como o critério racial é marcante na desigualdade no país, pois quando a mulher deixa o posto de pior índice em uma análise social o homem preto passa a ocupá-lo.

Ao mesmo tempo que se assiste a uma importante conquista considerando o aspecto

¹⁰ O indicador mede a proporção de pessoas que frequentam escola no nível de ensino adequado a sua faixa etária, incluindo aquelas que já concluíram esse nível, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária. IBGE. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Brasil. 2 ed. 2021 https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

¹¹ As porcentagens referentes ao atraso de mulheres e homens de 15 a 17 anos, foram obtida pela subtração da Taxa de frequência escolar líquida ajustada no ensino médio, por sexo e cor ou raça (%), conforme informação do IBGE, “o atraso escolar pode ser medido, então, pelo complemento desse indicador”. IBGE, 2018.

do gênero, a realidade racial brasileira de desigualdade aponta seus efeitos: a taxa de mulheres branca acima de 25 anos que possuem formação superior é de 23,5%, enquanto mulheres pretas ou pardas na mesma faixa de idade o índice cai para apenas 10,4%. Essas possuem 13,1 pontos de desvantagem em relação as mulheres brancas e 10,3 pontos em relação aos homens brancos, ao mesmo tempo que somente 3,4 pontos separam mulheres e homens negros ou pardos (IBGE, 2021). Essa grande diferença escancara ainda mais como a população preta ainda está muito distante do padrão alcançado por pessoas brancas

Em 2019¹², mulheres e homens brancos tinham em média mais de 10 anos de estudos na faixa etária de 25 anos ou mais de idade (10,1 e 10,4 respectivamente), enquanto tanto a mulher como o homem preto ou pardo tinham 8 anos em média de estudos (8,6 e 8,1 respectivamente) (IBGE, 2020). Esses índices são muito significativos, pois apesar de mulheres apresentarem os melhores índices nos levantamentos referentes aos dados educacionais, visto que nesses levantamentos as mulheres pretas e pardas, ainda apresentam números piores que os homens e as mulheres brancas. Sueli Carneiro ao comentar dados sobre o analfabetismo do ano de 1997, mostrou que embora a educação seja um fator importante na constituição da cidadania e na formação profissional a população negra/afrodescendente não tem possibilidade de competir com a população branca (CARNEIRO, 2011).

A escolaridade poderia diminuir o abismo que há entre os indicadores sociais da população branca e negra, todavia, pretos e pardos estão às margens das políticas públicas educacionais e não são considerados em suas criações. Dessa maneira quando pessoas negras não tem acesso à educação os caminhos que surgem são limitados. Como afirmou Sueli, “o racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral” (CARNEIRO, 2011, p. 4). Essa disparidade educacional tem como fruto a posição da mulher negra no mercado de trabalho.

3.2 O lugar que sempre coube: o mercado de trabalho e as pretas

O movimento feminista universal teve como principal bandeira a luta pela inserção das mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, as mulheres negras já eram economicamente ativas e trabalhavam do mesmo modo que os homens negros que viviam sob o manto da escravidão no Brasil.

Nesse sentido, fica visível que o movimento feminista para englobar todo o gênero teria que entender as particularidades e diferentes formas de opressão enfrentadas pelas mulheres. De todo modo é importante salientar que o movimento conseguiu avanços partindo de seu propósito que era inserir mulheres no mercado de trabalho. O movimento feminista universal brasileiro foi pensando, essencialmente, por mulheres que não pertenciam ao mesmo quadro social que as negras e por esse motivo a demanda do movimento não abarcava a realidade

¹² IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. PNAD Continua Educação 2020.

de exploração do trabalho vivenciada pela mulher negra. Essa diferença de realidade foi fato marcante para que mulheres pretas não entendessem a essência do movimento feminista em seu primórdio, Sueli Carneiro (2011) expressou esse sentimento:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto (CARNEIRO, 2011, p. 1).

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, a composição do mercado de trabalho na metade do século XX em que um pouco mais de 13% das mulheres eram economicamente ativas passou em 2010 a ser 49,9%. Esses números representam avanços conquistados e firmados por políticas públicas direcionadas a diminuição de desigualdade de gênero. Contudo, quando os “retornos auferidos pelas mulheres de uma luta que se pretendia universalizante tornava insustentável o não reconhecimento do peso do racismo e da discriminação racial nos processos de seleção e alocação da mão-de-obra feminina” (CARNEIRO, 2003, p. 4), o que significa que as mulheres negras vão tendo suas demandas marginalizadas, enquanto observam, de longe, outras mulheres avançando no mercado que elas sempre estiveram.

De toda forma, a disparidade educacional tem como produto a posição sub remunerada e sub representada da mulher negra no mercado de trabalho. Mesmo que possuam melhor formação, pessoas negras ainda são condicionadas a empregos inferiores considerando o nível de instrução, segundo o IBGE (2018, p. 01) “a taxa composta de subutilização da força de trabalho, é maior entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda, qualquer que seja o nível considerado”. A taxa brasileira de subutilização para a população branca é de 18,8% enquanto para a população negra é de 29% (IBGE, 2018), fica evidente como o critério racial é expressivo na desigualdade social.

Mesmo quando mulheres negras conseguem alçar cargos de relevância, ainda, são vítimas de preconceito. Sueli Carneiro exemplifica como o mercado coloca a mulher preta ou parda em uma posição de desvantagem por não ser branca, quando cita a “boa aparência” como requisito a uma vaga de emprego sendo um eufemismo para impedir o acesso dos negros, de modo sutil (CARNEIRO, 2003). A implementação de requisitos que excluam mulheres negras, neste caso o requisito “boa aparência” representa uma série de características que apenas mulheres brancas possuem. Permitindo que de forma “indireta” a mulher preta não seja capaz de ocupar uma vaga de emprego que exija isto, já que ela nunca estará apta a ocupar este espaço, pois não terá aparência de mulher branca.

Dessa maneira mesmo tendo qualificação para um trabalho ou tendo mais qualificação, “o lugar da mulher negra no trabalho está demarcado no imaginário de chefias e profissionais de recursos humanos é o gueto da subalternização e da realização de atividades manuais” (SILVA BENTO, 1995, p. 482). O que leva mulheres pretas e pardas a terem como principal ocupação

no mercado de trabalho os serviços domésticos. “No mercado de trabalho, o resultado concreto dessa exclusão se expressa no perfil da mão de obra feminina negra” (CARNEIRO, 2011, p. 128), que está concentrada ainda em ocupações precarizadas e pouco remuneradas.

Assim como no total da população brasileira, as pessoas de cor ou raça preta ou parda são a maior parte da força de trabalho no país. Todavia, quando se verifica os rendimentos, constata-se que essas ocupações possuem baixa remuneração. Enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, em 2018, as pessoas de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca (IBGE, 2019). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad Continua de 2019 verificou que, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas brancas (R\$ 2.999,00) era maior que os rendimentos observados para as pessoas pardas (R\$ 1.719,00) e pretas (R\$ 1.673,00). E que as pessoas de cor branca apresentaram rendimentos 29,9% superiores à média nacional (R\$ 2.308,00), enquanto as pardas e pretas receberam rendimentos 25,5% e 27,5%, respectivamente, inferiores a essa média em 2019 (IBGE, 2019).

Em 2018, os setores que mais concentrava mão de obra feminina do que masculina eram: administração pública, educação, saúde, serviços sociais e serviços domésticos (IBGE, 2019), respectivamente. Dessa forma, as mulheres negras permanecem no lugar que a sociedade condicionou seu cabimento, prestação de serviço e subemprego. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2018), as trabalhadoras domésticas possuem duas outras características principais, além de serem mulheres: pertencem a famílias de baixa renda e tem baixa escolaridade. 14,6% das mulheres brasileiras ocupadas concentravam-se em atividades remuneradas no trabalho doméstico, as mulheres negras correspondem a 63% do total (IPEA, 2018).

Por fim, o IPEA realizou uma análise com os dados dos anos 1995 a 2018 comparando o serviço doméstico. Em 1995, a média de mulheres ocupadas que se ocupavam no trabalho doméstico era de 17,3%, índice que caiu, ao longo dos 14 anos, para 14,6%. Para as mulheres brancas, o indicador passou de 13,4% para 10%, enquanto o das mulheres negras diminuiu de 22,5% para 18,6%. O que demonstra que mesmo com avanços a mulher negra ainda está socialmente vinculada a um lugar de submissão.

Diante das informações apresentadas, é possível identificar o distanciamento presente entre as mulheres brancas e negras. Estas revelam a desigualdade enfrentada por mulheres negras, que como levantado, além do sexismo lidam com a questão racial e de classe. Dessa forma, embora o discurso universal, para todas, o feminismo como foi pensado, tinha como representação a mulher branca de classe média, que objetivava alcançar o mesmo patamar do homem branco, excluindo todas aquelas que estavam em condição social diferente desse referencial.

Considerações Finais

O movimento feminista universal, ao propor a luta por direitos e igualdade perante uma sociedade segregacionista, não se preocupou em agregar todas as mulheres, omitindo de suas reivindicações as opressões de raça e classe. Tal inferência é exposta pelos dados estatísticos e por todo o aporte teórico utilizado na construção do presente artigo.

Nesse estudo, foi possível constatar o histórico apagamento da questão racial no seio do feminismo universal, a composição do movimento, feito por mulheres brancas, abastadas, com certa formação intelectual, contribuiu para o completo desengajamento do feminismo para com as experiências exploratórias e, por vezes, sub-humanas a que mulheres negras e pobres eram/são submetidas.

Diante disso, depreende-se que a invisibilização das pautas raciais, o não reconhecimento das opressões sofridas pelas mulheres negras, a não problematização das construções sociais e históricas que são basilares ao racismo estrutural, tornaram o movimento feminista insuficiente às reivindicações de mulheres negras.

Essa realidade, unida à força de mulheres negras ativistas, intelectuais ou, simplesmente, comprometidas com a causa, ensejou a formação do feminismo negro, que assumiu a posição de lutar considerando, além do gênero, a questão racial e classista que impede que mulheres negras possuam as mesmas oportunidades que mulheres brancas.

O feminismo negro desvela o fato de que, embora o feminismo universal lute por igualdade, ignora que mulheres negras e pobres não estão em equivalência de oportunidades e acessos, pois além da opressão relacionada ao gênero, sofrem com a discriminação racial. Nesse cenário, além de todo o contingente feminino negro, mulheres pobres, indígenas, camponesas e LGBT's estão excluídas do discurso feminista tradicional, pois suas demandas, para além do sexismo, não estão reconhecidas nas pautas do movimento.

Por isso, a análise dos dados socioeconômicos, disponibilizados pelo IBGE, referentes a educação e a subutilização da mão de obra feminina negra, discutidos no artigo, demonstram a insuficiência do feminismo em elencar o racismo como pauta. Faz-se necessário, portanto, evocar o discurso feminista negro que considera a coletividade de mulheres atravessadas por opressões não consideradas pelo movimento feminista universal.

Por fim, cabe frisar que os dados estatísticos apontados no presente artigo são fortes ao demonstrar o abismo social existente entre mulheres brancas e aquelas pertencentes aos grupos atravessados por outros padrões de opressão, além do sexismo/machismo – como raça, classe e orientação sexual - e isso não pode ser ignorado quando se pretende, a partir da mobilização de mulheres, lutar contra desigualdade social, política e econômica.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BAIROS, Luiza. A pobreza e a cor da pobreza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 maio 2011. Opinião São Paulo.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, p. 117-133, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n. 1, p.99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CYFER, Ingrid. **O liberalismo e feminismo: Igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/09.pdf>. Acesso em: 17 jun.2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE NOVAIS REIS, Maurício; DE ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista espaço acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018.

FRASER, Nancy. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505>. Acesso em: 22 jun.2020.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-Americano**. Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino nº 1- Batalha de ideias: São Paulo, 1988.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 – Características da população e dos domicílios**. *PNAD Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação 2018 – PNAD Contínua**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Folheto. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação 2019 – PNAD Contínua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Folheto. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. *Coordenação de População e Indicadores Sociais*. 2. ed. Folheto. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdade Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica. Folheto. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rendimento de todas as fontes 2018 – PNAD Contínua**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Folheto. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rendimento de Todas as Fontes 2019 – PNAD Contínua**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Folheto. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rendimento de Todas as Fontes 2020 – PNAD Contínua**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Folheto. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2019**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2019.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro: Ipea , 2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes et al. .Brasilia: Ipea, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em 12 de julho de 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Teoria Social e relações raciais no Brasil Contemporâneo**. Cadernos Penesb, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

NASCIMENTO, Luciana Guimarães. O antirracismo como epistemologia pedagógica. **Revista África e Africanidades**, Ano XII, n. 35, agosto de 2020.

NUSSBAUM, Martha. **The Critique of Liberalism**. In: The Lindley Lecture, The University of Kansas, 1997.

NUSSBAUM, Martha. **In Defense of Universal Values**. In: Freund, E. Occasional Paper Series, The University of Chicago, 1999.

PATEMAN, Carole. **The disorder of women**. Stanford: Stanford University, 1989.

PHILLIPS, Anne. **Feminism and Liberalism Revisited: Has Martha Nussbaum Got It Right?** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227994417_Feminism_and_Liberalism_Revisited_Has_Martha_Nussbaum_Got_It_Right. Acesso em: 24 jun.2020.

SILVA BENTO, Maria Aparecida. Mulher Negra no Mercado de Trabalho. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 1995, v. 3, n. 2, p. 479-488, 1 jan. 1995.

STERNBACH, Nancy Saporta et al. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Estudos Feministas**, p. 255-295, 1994.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. **How We Get Free: Black Feminism and the Combahee River Collective**. Haymarket Books. Chicago, 2017.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos direitos humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002.